

AVALIAÇÃO EXTERNA DA ESCOLA PROFISSIONAL AGRICOLA

D. DINIS-PAIÃ

CONTRADITÓRIO AO PROJETO DE RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO EXTERNA

1- INTRODUÇÃO

Após a receção e análise do Projeto de Relatório de Avaliação Externa, adiante designado por Projeto de Relatório, realizada entre 15 e 17 de maio de 2017, vem a Escola Profissional Agrícola D. Dinis-Paiã -através do Diretor e do Presidente do Conselho Geral- pronunciar-se sobre o mesmo e exercer o direito ao contraditório.

Neste contexto deve, antes de mais, referir-se com agrado, que a equipa de avaliação externa criou e manteve, durante toda a intervenção, um clima de cordial relacionamento, que importa realçar, tendo em vista o desenvolvimento, em condições de normalidade, de uma atividade de grande exigência para todos os intervenientes.

Deve referir-se também que, em alguns dos painéis de entrevistados, - por constrangimentos próprios da situação de avaliação ou pela forma como decorreram as entrevistas - houve dificuldade de relatar, expressar opiniões, ou simplesmente contraditar algumas das questões ou apreciações da equipa de avaliadores. Esta circunstância poderá ter dificultado a transmissão de determinadas informações ou juízos de valor que poderiam disponibilizar, à equipa de avaliadores, elementos propiciadores de uma avaliação mais justa.

Considera-se, por outro lado, que não foram suficientemente valorizadas as variáveis de contexto, nomeadamente os percursos escolares dos alunos anteriores à entrada na escola, as condições do exercício da formação inerentes a um espaço físico próprio de uma escola agrícola e a enorme carência de Assistentes Operacionais que exige um esforço quase sobre-humano aos diferentes atores, na manutenção da segurança e da disciplina escolar e condiciona o funcionamento de vários sectores e serviços e consequentemente o desenvolvimento ideal do processo educativo.

2- RESULTADOS

Considera-se aqui, que na avaliação dos resultados devem merecer particular atenção, as variáveis de contexto e conseqüentemente os objetivos e as metas estabelecidas nos documentos orientadores. Por outro lado entendemos que o peso a atribuir, a cada uma das componentes dos Resultados (Resultados Académicos, Resultados Sociais e Reconhecimento da Comunidade), deve ser o mais possível equilibrado.

2.1 Resultados Académicos

Sendo certo que os resultados académicos não são aqueles que todos ambicionamos, não podemos deixar de referir que, apesar de tudo, demonstram uma intervenção muito positiva da Escola, sobretudo se considerarmos que cerca de 39% da população (103 alunos distribuídos por cursos CEF e cursos Vocacionais, no ano em curso), à entrada na Escola da Paiã, apresenta um percurso escolar muito irregular em que as retenções e a indisciplina são marcantes. Conseguir neste universo de alunos, - ou universo equivalente ou superior, em anos anteriores - taxas de conclusão para os CEF de 66,6%, 77,1%, 83,1% e 77,1% (valores significativamente superiores à meta de 60% estabelecida, para os CEF Tipo 2 e próximos dos 84% para os CEF Tipo 3, no contrato de autonomia) é no nosso ponto de vista um êxito de assinalar.

Mesmo os resultados obtidos nos cursos vocacionais não estão muito distantes das metas que perseguimos sobretudo se considerarmos que uma das condições, para admissão a estes cursos, se prendia com a obrigatoriedade de os alunos terem pelo menos duas retenções anteriores.

Mesmo com alunos que apresentavam estas dificuldades foi possível, no 1º ano do Curso Vocacional Secundário, obter aprovações de 92,6%, o que veio a confirmar-se no 2º Ano em que as conclusões e o número de diplomados se situam em valores elevados.

No respeitante aos cursos profissionais, se tomarmos por referência o número de alunos inscritos no início de cada ciclo de formação e o número de alunos diplomados no final do ciclo, os valores não são, de facto, muito animadores, pois o universo de alunos considerado inclui um número significativo de desistências ou transferências no primeiro período letivo, do primeiro ano, em que a ação da escola ainda não se fez sentir.

Devemos, no entanto, referir que se considerarmos como critério de avaliação dos resultados o inscrito no Contrato de Autonomia e no PEE, a apreciação, é no nosso ponto de vista, muito mais favorável tendo em conta as metas aí estabelecidas. Efetivamente aí considera-se o sucesso ano a ano e não o balanço entre os alunos que se inscrevem nos cursos e os alunos diplomados.

No respeitante à empregabilidade dos diplomados devemos reconhecer a insuficiência de dados, recolhidos através do Observatório de Saída, que poderão conduzir a conclusões menos positivas. A implementação do EQAVET trará certamente novos elementos que nos permitirão recolher mais evidências sobre a perceção que temos acerca da empregabilidade e prosseguimento de estudos, que estarão em patamares quantitativos muito superiores aos referidos no Projeto de Relatório. Já quanto à qualidade dos diplomados, temos sem sombra de dúvida, a certeza dos elevados níveis de competências de que são detentores e que são atestados pelos inúmeros testemunhos das empresas que os acolhem no âmbito da Formação em Contexto de Trabalho e no âmbito do seu desempenho enquanto funcionários contratados por essas mesmas empresas.

2.2 Resultados Sociais

Neste âmbito consideramos os resultados obtidos como muito positivos verificando-se uma plena integração e envolvimento na Escola por parte da esmagadora maioria dos alunos que a frequentam.

Há uma participação ativa dos alunos ou dos seus representantes nas atividades da vida da escola, realizando-se as Assembleias de Turma - promovidas pelo Diretor de Turma - ou de delegados - promovidas pelos Coordenadores dos Diretores de Curso - em todos os momentos e circunstâncias em que tal é necessário e exigido (nomeadamente para constituição da Associação de Estudantes, para representação em Conselho Geral ou ainda para organização de atividades de natureza curricular ou simplesmente lúdicas, promovidas pelos próprios alunos ou pela Escola).

Como muito bem se refere no Projeto de Relatório, os alunos conhecem as regras e os seus direitos e deveres constantes no Regulamento Interno, sendo os pontuais comportamentos desviantes praticamente circunscritos a turmas dos cursos de Educação Formação ou dos Cursos Vocacionais e nestas com maior incidência nas turmas dos 1ºs anos. De facto após a intervenção da Escola nos múltiplos aspetos da educação/formação com recurso aos instrumentos e recursos disponíveis (como a Equipa Multidisciplinar de Integração e Apoio ao Aluno, a CPCJ, a Escola Segura, Os Diretores de Turma e de Curso, entre outros) verificam-se melhorias consideráveis em consequência da aquisição de novos valores e competências sociais, por parte de alunos que à entrada na Escola evidenciavam comportamentos antissociais e desvalorizavam o papel da escola enquanto agente imprescindível na formação dos cidadãos.

A estratégia da Escola para ultrapassar estas dificuldades tem passado, como se refere no Projeto de Relatório, por dar "...espaço à dimensão solidária e ao sentido de

entreadjudada, através de ações de cariz social, com a participação dos formandos em iniciativas de voluntariado e na recolha de bens e donativos para entrega em instituições de solidariedade social. As campanhas do Banco Alimentar Contra a Fome, o Peditório da Liga Portuguesa Contra o Cancro, a Doação de Sangue e Vamos ao Rabisco são representativas desse envolvimento. “

Também “o desenvolvimento dos projetos Eco-Escolas, Eletrão-Depositário, Projeto On The Road e Semana Europeia do Teste VIH são alguns dos exemplos que concorrem para aprendizagens diversificadas e valorização do currículo, bem como evidenciam empenho na preservação do ambiente e na educação para a saúde. A adesão ao Desporto Escolar, principalmente na modalidade de futsal, a organização de eventos desportivos e de provas de hipismo pelos formandos do curso de Técnico de Gestão Equina promovem o espírito competitivo, o trabalho de equipa e o sentido de pertença e de identificação com o estabelecimento que frequentam.”

O contributo dos diplomados pela Escola é também decisivo na formação das personalidades e do carácter dos alunos como também é referido no Projeto de relatório: “Aqueles são convidados a participar em atividades (ex. palestras e ações de formação), servindo de referência e de motivação aos que ainda estão a frequentar os respetivos cursos”.

2.3 Reconhecimento da Comunidade

Este é um campo com bons ou mesmo muito bons resultados como se pode facilmente depreender pela avaliação constante no Projeto de Relatório. Efetivamente são múltiplas as evidências do bom ou muito bom desempenho da escola, salientando-se apenas como ponto menos conseguido a apreciação por parte de encarregados de educação no ano letivo 2016/2017, decorrente, em grande medida, de fatores excecionais não controláveis ou independentes da ação dos diferentes atores da Escola, como foi o caso de um ato de violência ocorrido, no exterior da Escola, fora do horário de funcionamento, mas que foi potenciado pela comunicação social e mal percecionado por muitos encarregados de educação, apesar dos esforços da Escola que dirige armas menos eficazes que as televisões, as emissoras de rádio ou os jornais

A instituição do quadro de honra, a atribuição de medalhas e diplomas de mérito - Dia do Diploma, para os finalistas com melhores resultados escolares, bem como o reconhecimento do mérito para alunos dos cursos profissionais, nomeadamente através da atribuição do prémio Rainha Santa Isabel para o aluno com melhores resultados na disciplina de Português, pela Câmara Municipal de Odivelas, são exemplos de boas

práticas. Paralelamente à distinção atribuída aos melhores alunos são reconhecidas e realçadas as qualidades e competências sociais, de solidariedade e entreaajuda culminando esse reconhecimento na atribuição do prémio Melhor Companheiro pelo Rotary Club de Odivelas.

Como também se refere no Projeto de Relatório. “A Escola mantém uma relação de grande proximidade com diversas entidades locais, destacando-se a Câmara Municipal de Odivelas, parceira na atribuição de prémios, bem como no desenvolvimento de projetos, como por exemplo, SEI (Sucesso Educativo e Integração) e Eu Cidadão e Orçamento Participativo. Colabora, também, com a Unidade de Cuidados de Saúde Nostra-Pontinha, em rastreios visuais e recolhas de sangue, sessões de esclarecimento sobre prevenção de comportamentos de risco, hábitos e estilos de vida saudáveis, DST (doenças sexualmente transmissíveis) e métodos contraceptivos. Destaca-se, ainda, a interação com o Serviço de Pediatria do Hospital de Santa Maria com o desenvolvimento conjunto do projeto A Horta numa Vida Saudável; e a Escola Segura que promove ações de sensibilização no combate ao bullying e à violência escolar”.

Em reconhecimento pelo seu desempenho e pelo seu papel no Concelho e na Região, foi a Escola Agrícola da Paiã agraciada em 2011 com a Medalha de Honra do Município, Grau Ouro, distinção máxima e excecional que atesta a Excelência do trabalho desenvolvido ao longo dos anos e também no período de tempo abrangido pela presente avaliação externa.

Fazendo a síntese das três vertentes em análise, teremos:

- a) Resultados Académicos, em que a ação da escola tem produzido um impacto significativo se considerarmos o ponto de partida dos alunos que a procuram (alunos pouco motivados com resultados negativos sob o ponto de vista académico e disciplinar);
- b) Resultados Sociais francamente bons, traduzidos na boa integração e na aquisição de competências sociais muito relevantes, reconhecidas pelos múltiplos parceiros no processo de formação;
- c) Reconhecimento da Comunidade

É indubitavelmente um ponto forte da Escola, como se pode constatar pelas múltiplas evidências, constantes no Projeto de Relatório e outras atrás referidas e apenas pontualmente contrariado, no ano em curso, pela apreciação dos Encarregados de Educação, relativamente à segurança nas circunstâncias excecionais atrás descritas.

Em resumo e com os fundamentos apresentados consideramos que a proposta de atribuição de **Suficiente** no domínio **Resultados** não é a mais ajustada à realidade da Escola, pois mesmo admitindo como menos bons os **Resultados Académicos** verifica-se uma dominância excessiva destes sobre os **Resultados Sociais** e sobre o **Reconhecimento da Comunidade** em que o desempenho da Escola é bom ou muito bom. Neste sentido propomos a alteração da Classificação para **BOM** no domínio **Resultados**.

3-PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

Consideramos que o desempenho da Escola é muito positivo pelas razões que constam do Projeto de Relatório que, neste domínio, salvo um ou outro aspeto, porventura decorrente da dificuldade de transmissão de informação durante as entrevistas, traduz a realidade da Escola.

3.1 Planeamento e Articulação

Como é referido, no Projeto de Relatório, a Escola garante um planeamento pedagógico em sede “...dos departamentos curriculares e de subdepartamentos e nos conselhos de turma e de diretores de curso, tendo em conta os programas das disciplinas/módulos/UFCD dos cursos, a formação em contexto de trabalho e dos estágios (formativo e em contexto de trabalho)”. A aludida “falta de visibilidade da gestão modular do currículo sustentada nos perfis de desenvolvimento dos respetivos cursos e que assente na diferenciação pedagógica e em atividades e/ou projetos integradores.”, decorrerá eventualmente da falta de sedimentação dessa prática que no entanto está presente, estando a ser intensificada através da implementação de ações de melhoria e dos Planos de Ação Estratégica -sobretudo nas áreas da Diferenciação e da Supervisão Pedagógica - no seguimento do Processo de Autoavaliação e do Programa de Promoção do Sucesso Escolar.

Embora não seja explicitada a relação das ações/atividades constantes no Plano Anual de Atividades (PAA) com os objetivos e metas do Projeto Educativo de Escola (PEE) há, como se pode constatar através de uma simples análise, uma perfeita consonância do PAA com o PEE. Efetivamente como se refere no Projeto de Relatório “ O plano anual de atividades assume-se como um referencial de divulgação das dinâmicas desenvolvidas no meio escolar de e para a comunidade educativa. Agrupa um conjunto diversificado de ações que viabilizam a articulação de saberes das diversas disciplinas, particularmente da componente de formação técnica, e a contextualização dos currículos,...”, estando ainda

presentes um vasto conjunto de ações/atividades que proporcionam a consecução das três prioridades do PEE:

PRIORIDADE A: promover o sucesso e reduzir o abandono escolar;

PRIORIDADE B: fomentar uma cultura participativa na escola;

PRIORIDADE C: promover uma cultura interna de autoavaliação.

Como se refere e bem, no Projeto de Relatório, as estruturas de gestão intermédia, “...asseguram a coordenação de docentes/técnicos e a gestão dos espaços, materiais e recursos” em prol do cumprimento da missão da Escola, nomeadamente na vertente da formação. Por outro lado consideramos que como se diz no Projeto de Relatório “...os diretores de turma acompanham...”, no nosso ponto de vista, de forma sistemática, e não apenas pontualmente, “...o progresso dos formandos, através da análise das suas necessidades e dos resultados das avaliações, comunicando regularmente aos pais e encarregados de educação a progressão das aprendizagens.

Relativamente aos planos/projetos curriculares de turma assumem-se, por vezes, como repositórios de informação sobre o percurso escolar dos formandos, e sobre as suas peculiaridades permitindo, ainda assim, ajudar ao estabelecimento dos perfis de aprendizagem dos alunos e à implementação da diferenciação pedagógica. Seria desejável que todos eles fossem também documentos estratégicos, que potenciasses “...a planificação de abordagens mais integradas e integradoras dos conteúdos modulares/UFCD na definição de planos de ação específicos.”, havendo, no entanto, alguns deles que perseguem de perto esse desiderato.

A organização e implementação da formação em contexto de trabalho, sem ser perfeita, é no nosso ponto de vista um dos pontos fortes da formação, quer pela qualidade e diversidade das empresas em que se realiza, quer pela forma como se desenvolve. Os alunos são acompanhados e apoiados pelos professores orientadores e pelos diretores de curso de forma sistemática. Há casos muito pontuais em que não é feito o acompanhamento presencial com a periodicidade estabelecida. São, no entanto, situações de exceção e circunscritas a casos em que, pela distância e pelo conhecimento dos locais e dos técnicos das empresas, essa monitorização pode ser feita sem prejuízo do processo de formação. A existência da boa prática, no âmbito da formação em contexto de trabalho, está patente em mais uma citação do Projeto de Relatório: “a conceção e o desenvolvimento dos projetos elaborados pelos formandos no âmbito da prova de aptidão profissional revelam significativamente a ligação com o contexto de trabalho e a integração de saberes e capacidades transdisciplinares.”

Também a constatação por parte da equipa de avaliadores de que "A contextualização do currículo e a sua abertura ao meio concretiza-se através do estabelecimento de protocolos de colaboração no âmbito da formação em contexto de trabalho e dos estágios (formativo e em contexto de trabalho), da implementação de ações/propostas do plano anual de atividades, da participação em exposições e feiras de artesanato, bem como de iniciativas realizadas em parceria com diversas entidades, com destaque para a Câmara Municipal de Odivelas (ex. Festival da Marmelada Branca de Odivelas, Programa do Urbano ao Rural, Hipoterapia para alunos com necessidades educativas especiais do concelho e comercialização de produtos através do Departamento de Turismo). A coerência entre o que se ensina e o que se avalia é acautelada pela operacionalização dos critérios de avaliação, divulgados aos formandos e encarregados de educação, e através da utilização das matrizes dos testes.", é reveladora do acerto no desempenho da Escola neste domínio, ainda que reconheçamos que há margem de progressão no sentido da melhoria sobretudo no que respeita à avaliação formativa, que como refere a equipa de avaliação deverá assumir um carácter ainda mais sistemático e generalizado.

3.2 Práticas de Ensino

Na apreciação da equipa de avaliadores é, no geral, dado destaque a boas práticas de ensino que, em alguns casos, carecem de maior generalização e devemos referir que estamos de acordo com esse ponto de vista, embora consideremos que muitas das práticas indicadas como necessitadas de generalização estejam já disseminadas e em alguns casos perfeitamente sedimentadas. Assim no desenvolvimento do currículo,"... as práticas pedagógicas denotam alguma (discordamos do termo "alguma" referido pelos avaliadores) adequação às capacidades e aos ritmos de aprendizagem dos formandos, com a disponibilização de apoios, em contexto de sala de aula, para aqueles que revelam dificuldades essencialmente de carácter teórico (português, inglês, matemática, biologia e química)".

Consideramos no entanto que sendo justamente feitas referências a essas boas práticas: "Os formandos com necessidades educativas especiais são devidamente referenciados e avaliados, encontrando-se asseguradas as respostas ajustadas, dentro e fora da sala de aula, através de acompanhamento especializado e articulado de uma equipa multidisciplinar, constituída por professores de educação especial, docentes, diretores de turma e de curso e psicóloga"; continua subjacente à análise a falta de valorização dos pontos de partida ou seja a falta valorização do deficit de competências académicas, sociais e disciplinares de uma parte significativa dos alunos que procuram a

escola e que inevitavelmente condicionam os resultados escolares, sobretudo se os cotejarmos com os obtidos pelo universo dos alunos das escolas que ministram sobretudo cursos ditos da via ensino. Efetivamente a alusão aos resultados obtidos, “Todavia, as taxas de sucesso, entre 2011 e 2016, oscilam, nos cursos de educação e formação, entre 64,7% e 83,3%, e, nos cursos profissionais, entre 52,6% e 93,3%; entre 2013 e 2016, nos cursos vocacionais do ensino básico, entre 80,6% e 100% e, em 2016, o curso vocacional do ensino secundário, registou 100%.”, tende a subvalorizar a boa prática e desvaloriza os resultados que, no contexto dos documentos orientadores e do universo dos alunos em presença, poderão até ser considerados positivos.

As referências às infraestruturas e equipamentos disponíveis na exploração agropecuária e oficinas tecnológicas e à mobilização/utilização dos mesmos no processo de ensino/formação ilustram o juízo positivo e realista da equipa de avaliação ao considerar que este é também um dos aspetos marcantes pela positiva das práticas de ensino. Discordamos apenas da referência à eventual insuficiência na “realização de atividades laboratoriais e experimentais articuladas entre disciplinas/módulos/UFCD, onde seja favorecida a realização de aprendizagens motivadoras, inovadoras e empreendedoras” por considerarmos que essa é uma prática recorrente na Escola ao longo dos anos da sua existência. O mesmo poderemos dizer relativamente ao trabalho colaborativo.

3.3 Monitorização e Avaliação do Ensino e das Aprendizagens

Divergimos da equipa de avaliadores no que se refere à falta de sistematicidade na realização da avaliação formativa e da falta de análise e reflexão da praxis docente, que no nosso ponto de vista são assumidas e adotadas pela generalidade dos órgãos e atores sobretudo com a implementação dos planos de Ação Estratégica já referidos e que têm em vista atender aos ritmos de aprendizagem dos alunos, embora reconheçamos que neste âmbito há que intensificar o trabalho desenvolvido no sentido da melhoria, tendo em conta os resultados pretendidos no que respeita à taxa de módulos em atraso, taxa de diplomados e taxas de abandono escolar, sendo conveniente ter sempre em consideração a importância dos pontos de partida como fatores determinantes do sucesso. Devemos ainda referir que a implementação do Observatório de Ensino e Aprendizagem no âmbito do processo de Autoavaliação da Escola, tem promovido a reflexão sobre as

práticas letivas e proporcionado debates promotores da adoção de métodos e estratégias de abordagem ainda mais consonantes com a realidade escolar.

Tendo em consideração o exposto consideramos que se justifica a alteração da classificação de **SUFICIENTE** para **BOM** no domínio Prestação do Serviço Educativo.

4 - LIDERANÇA E GESTÃO

4.1 Liderança

Devemos referir que neste âmbito concordamos genericamente com a apreciação da equipa de avaliadores não tendo portanto algo de muito significativo para contraditar.

4.2 -Gestão

Também neste critério concordamos genericamente com a apreciação feita no Projeto de Relatório.

4.3 Autoavaliação e Melhoria

Mais uma vez, neste critério, concordamos no essencial e genericamente com a apreciação constante no Projeto de Relatório. Como ponto de divergência, ainda que pouco significativo, devemos referir o facto de a Escola ter protocolos -antigos e recentes - com Instituições do Ensino Superior nomeadamente com Escolas Superiores Agrárias. Neste âmbito destacamos ainda a cooperação regular com outras instituições universitárias como o Instituto Superior de Agronomia ou a Faculdade de Medicina Veterinária, entre outras.

Tendo presente a apreciação feita pela equipa de avaliadores e a nossa própria apreciação, consideramos que neste domínio e no conjunto dos critérios a classificação atribuída de **BOM** deveria ser alterada para **MUITO BOM**. De facto, parece-nos que a classificação neste domínio é fortemente condicionada pela classificação excessivamente penalizadora atribuída nos restantes domínios.

5- PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

Neste âmbito devemos referir que concordamos com a generalidade dos Pontos Fortes e Áreas de Melhoria, apresentando apenas algumas reticências no que se refere à inclusão

da “Focalização da autoavaliação nos processos de ensino e de aprendizagem de modo a potenciar os impactos na melhoria das aprendizagens e dos resultados e garantir a evolução da capacidade de autorregulação da Escola”, por entendermos que é uma prática assumida pela equipa de autoavaliação, pela direção, pelos diferentes órgãos e por todos os docentes. Em todo o caso compreende-se a inclusão, dada a premência que todos sentimos em encontrar as melhores soluções para os problemas que se manifestam na área da educação e formação.

Paiã, 1 de agosto de 2017

O Diretor

José Aires Matos Pereira da Silva

O Presidente do Conselho Geral

Carlos Correia